

REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL: UMA ANÁLISE EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

MARIANA MEDEIROS PRATES MAIA*

VALDILENE ZANETTE NUNES**

RESUMO

O tópico regência verbal e nominal influencia a comunicação pelos diversos significados que um verbo ou um nome podem assumir e, pelo amplo conjunto de regras, é passível de se tornar conteúdo destinado à memorização. O presente trabalho buscou, pela análise comparada, examinar a apresentação deste ponto gramatical nos livros didáticos do 9º ano do Ensino Fundamental II, em sua definição e seus exercícios, a fim de verificar se há concordância com os princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1998) e da Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008), bem como a presença da questão da mudança de significado quanto às diferentes regências, a eficiência e inovação das explicações e das atividades. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica dos documentos oficiais do governo citados e das gramáticas oficiais dos autores Bechara (2009) e Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006). Os livros empregados pelas escolas abordam os diversos significados dos verbos e dos nomes e a variação linguística, porém, em alguns casos, há maior atenção ao último tema em relação ao primeiro, especialmente nos exercícios. Os materiais aplicaram certas concepções dos PCNs e da Proposta, apesar de não terem atingido totalmente os critérios estabelecidos.

PALAVRAS-CHAVE

Regência verbal e nominal. Livro didático. Ensino Fundamental II.

* Licenciada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Católica de Santos. E-mail: m.medeiros.maia@uol.com.br

** Professora dos cursos de Licenciatura em Letras, Pedagogia, Tradução e Relações Internacionais da Universidade Católica de Santos. Coordenadora Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão do Centro de Ciências da Educação e comunicação da Universidade Católica de Santos. Licenciada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Católica de Santos. Mestre em Língua Portuguesa pela PUC/SP. E-mail: valzanette@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa lida com questões relativas à comunicação em Língua Portuguesa, bem como a questão do seu ensino-aprendizagem nas escolas. O tópico regência (verbal e nominal) é importante porque, dependendo da preposição ou da falta dela, o sentido de alguns verbos muda e acontece o mesmo com os nomes. É aplicável à fala e à escrita e influencia a questão da ocorrência de crase.

A alteração do significado da frase devido à regência acontece principalmente em relação aos verbos; também aos nomes, porém em número menor. O substantivo **acordo**, dependendo da preposição (**com** ou **entre**), modifica seu sentido e, conseqüentemente, a oração toda. Da mesma forma, na regência verbal, o verbo **assistir**, por exemplo, assume diversos sentidos com as preposições **a**, **em** ou sem preposição, sejam “ver”, “auxiliar” ou “residir”. Sabe-se que, em certas situações da vida, há grande diferença entre ver e ajudar.

Com base nessas informações, ficam as seguintes questões: Como os alunos estão aprendendo esse conteúdo? Será que realizam exercícios repetitivos e sem significado para eles? Compreendem a necessidade de aprender esse tópico? Tal conteúdo será incorporado nos seus textos ou será esquecido?

Os livros didáticos podem apresentar, de diversas formas, a explicação de um tópico gramatical e os exercícios para assimilação. Porém, nem todas são adequadas ou favorecem o verdadeiro aprendizado. Nesta pesquisa, será analisado como o conteúdo é apresentado aos alunos, se de forma esclarecedora e inovadora ou não, e se os exercícios estimulam apenas a memorização ou a construção do conhecimento.

Também serão comparados os dados encontrados à teoria de dois livros de gramática: a de Evanildo Bechara e a de Carlos Emilio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maruxo Jr., às ideias presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Propostas Curriculares do Estado de São Paulo, com o objetivo de analisar como os documentos oficiais apresentam as questões relativas às regências verbais e nominais. Acredita-se que o ensino da gramática pode ser renovado e ter sentido para os estudantes e não apenas estar encerrado nas normas, pois elas não são um fim em si mesmas, mas um meio para aprender a se expressar adequadamente em Língua Portuguesa.

1. TRANSITIVIDADE E REGÊNCIA SEGUNDO ALGUNS GRAMÁTICOS

Para compreender regência verbal e nominal, é necessário entender os conceitos que a precedem, ou seja, a transitividade verbal e os complementos, pois atuarão como termos regentes e regidos. Selecionamos duas gramáticas de autores renomados para definir e explicar os tópicos citados, bem como identificar as possíveis divergências nas regras gramaticais.

1.1 A “GRAMÁTICA”: FARACO, MOURA E MARUXO JR.

Iniciaremos a análise do tópico regência verbal e nominal nas gramáticas com a “Gramática”, de Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006). Alguns exemplos de orações foram retirados do próprio livro.

1.2 REGÊNCIA

A regência é definida como “a relação de dependência que se estabelece entre dois termos” (FARACO, MOURA e MARUXO JR., 2006, p. 465), sendo estes classificados em regentes ou regidos; os primeiros exigem a presença dos últimos e são completados por eles. Quando o termo regente é um verbo, a relação é chamada regência verbal e, quando é um nome, regência nominal.

1.2.1 Regência verbal

Sabendo que há verbos que necessitam de preposição e outros que a podem dispensar, é preciso saber quando utilizá-la e os diferentes sentidos que cada relação verbo-preposição produz. A questão é que a norma gramatical prescreve um padrão e o uso popular distancia-se dele em certos pontos. Os autores estudados declaram que “os problemas de regência verbal só poderão ser resolvidos satisfatoriamente mediante a consulta a um dicionário especializado” (FARACO, MOURA e MARUXO JR., 2006, p. 466).

A seguir, listam alguns verbos, em ordem alfabética, considerados problemáticos com explicações detalhadas e observações quanto ao uso popular. Serão examinados, como exemplos, os verbos **chegar**, **preferir** e **aspirar**.

Chegar é intransitivo “no sentido de *atingir o termo de movimento de ida ou vinda*” e de “*atingir certo lugar*” (grifo do autor) (2006, p. 468). O último necessita da preposição **a** se o lugar é especificado.

(1) a. A hora da verdade **chegou**. (grifo do autor)

b. Evite **chegar a** Belo Horizonte no horário de maior movimento. (*Estado de Minas* apud FARACO, MOURA e MARUXO JR., 2006, p. 468) (grifo do autor)

Rege a preposição **a** também quando é transitivo indireto, no sentido de elevar-se, conseguir.

(2) Sua conta **chegou a** dez mil reais! Um absurdo. (grifo do autor)

Faraco, Moura e Maruxo Jr. observam que é bastante comum utilizar a preposição **em** quando o sentido é “atingir algum lugar”. Ele retira um exemplo do jornal Estado de Minas, indicando que até mesmo a imprensa recorre a essa construção.

(3) Ao chegar **no** trevo de Oliveira, a 140 km de Belo Horizonte, o motorista é obrigado a fazer um desvio que aumenta a viagem em 42 km. (grifo do autor)

Preferir é transitivo direto e indireto, pois prefere-se alguma coisa a outra e este segundo objeto é regido pela preposição **a**, mas é comum substituir a preposição pela expressão **do que**.

(4) a. **Prefiro** os filmes românticos **aos** de ação. (*Veja* apud FARACO, MOURA & MARUXO JR., 2006, p. 470) (grifo do autor)

b. **Preferiria** entrar pelo caminho do mar, se suicidar numa noite no cais, **do que** trabalhar... (*Jorge Amado* apud FARACO, MOURA e MARUXO JR., 2006, p. 470) (grifo do autor)

O verbo aspirar é um exemplo daquele cujo sentido é alterado quando se modifica a regência, omitindo ou acrescentando a preposição. Como transitivo direto, significa sorver, tragar.

(5) Agora mesmo, enquanto **aspira o** perfume do vinho, sobem-lhe lágrimas aos olhos. (AGUALUSA, 2002) (grifo nosso)

Quando significa pretender, desejar, é transitivo indireto.

(6) Aspirava a uma promoção na empresa. (grifo nosso)

Os gramáticos observam ainda que, se há pronomes relativos, interrogativos ou advérbios interrogativos, a preposição deve precedê-los.

(7) São pessoas com quem simpatizo. (grifo do autor)

Não se atribui um complemento a verbos de regências diferentes; deve-se desenvolver a oração, pois se um verbo exige preposição e o outro não, um deles não terá sua regência determinada na oração, ou ainda seria tratado como transitivo indireto aquele que é, na verdade, transitivo direto, o que é considerado incorreto segundo a norma gramatical.

(8) Vi o filme e gostei dele. (grifo do autor)

1.2.2 Regência nominal

Muitos nomes admitem mais de uma preposição e causam dificuldade a quem deseja utilizá-los. Os autores reiteram a necessidade da consulta a um dicionário de regência e apresentam uma lista de nomes, em sua maioria adjetivos, cujas relações de regência são exemplificadas em orações retiradas de veículos da mídia, de escritores e outras criadas por ele. Consideremos os adjetivos **aflito**, **avesso** e **preferível**.

Aflito admite quatro preposições: com, em, para, por.

(9) a. A curto prazo, o jurista brasileiro estará aflito **com** o aprimoramento de nossa Constituição. (O *Globo* apud FARACO, MOURA e MARUXO JR., 2006, p. 475) (grifo do autor)

b. Apesar da idade, o jovem não ficou aflito **em** sua estreia, já que ele tinha um “treinamento” próprio. (Disponível em: < <http://esportes.r7.com/automobilismo/>>) (grifo nosso)

c. “Estava aflito **para** saber quais eram os preços”, disse o CEO da empresa, Jorge Saquy Neto. (FELIPPE, 2016) (grifo nosso)

d. Fiquei muito aflito **por** receber tal notícia. (grifo do autor)

De outro lado, **avesso** rege apenas a preposição **a**:

(10) Assim como toda a família, ele é avesso **a** eventos sociais e evita entrevistas e fotos. (Exame apud FARACO, MOURA e MARUXO JR., 2006, p. 476) (grifo do autor)

Preferível também exige unicamente a preposição **a**, mas, atualmente, é comum utilizá-lo com a expressão **do que**, à semelhança do que ocorre com o verbo **preferir**:

(11) É sempre preferível deixar em liberdade um culpado **do que** mandar para o cárcere um inocente. (CINTRA, Ernando Ulhoa apud FARACO, MOURA e MARUXO JR., 2006, p. 477) (grifo do autor)

Na seção “Fatos de discurso”, Faraco, Moura e Maruxo Jr. apontam que o falante utiliza as preposições para expressar uma determinada localização no espaço, ainda que apresente desvios na norma (2006). Eles dividem as preposições nas categorias de aproximação e afastamento.

Para a primeira categoria, consideremos as preposições **a**, **em** e **para**.

- a) Maria vai **ao** cinema.
- b) Maria vai **no** cinema.
- c) Maria vai **para** os Estados Unidos. (grifo do autor)

Em a), o sentido está no percurso, no ato de ir, segundo os autores (2006). Já em b), o centro é o alvo da ação e há a ideia de que “esse lugar comporta uma interioridade e é circunscrito por algum limite” (2006, p. 479). Embora seja considerado incorreto pela gramática tradicional, seu uso é frequente. Em c), a preposição remete ao sentido de permanência naquele local.

Na segunda categoria, os autores apresentam as preposições **de**, **desde** e a locução **a partir de**.

- d) Maria foi **de** sua casa até o cinema.
- e) **Desde** a Praça da Matriz, caminhamos sob chuva forte.
- f) **A partir do** quilômetro 45, a rodovia está congestionada. (grifo do autor)

Em d), é destacado o ponto de partida, ou seja, a casa. De outro lado, em e), o verbo é intransitivo e a preposição introduz o adjunto adverbial de lugar, a praça da Matriz. Nesse caso, o sentido é de deslocamento. A oração em f) apresenta um verbo de ligação, que não rege preposição, e a locução **a partir de**, que introduz um adjunto adverbial de lugar: o quilômetro 45.

Segundo os autores, os efeitos de sentido das preposições são evidentes quando “há possibilidades de *escolhas*, não descritas nos manuais de regência nem nos dicionários ou gramáticas” (2006, p. 480) (grifo do autor). O exemplo utilizado é o do verbo **pousar**, que neste caso é intransitivo, e pode ser sucedido pelas preposições **em** ou **sobre**. Elas, por sua vez, precedem um adjunto adverbial de lugar.

- (12) a. O avião pousou **numa** pista escorregadia.
- b. O avião pousou **sobre** uma pista escorregadia. (grifo do autor)

Note-se que, na segunda oração, a posição do pouso é específica, ou seja, a preposição tem sentido próprio: estar por cima da pista. Alguns verbos permitem que o falante utilize essa variedade de preposições, como o verbo **ir**, explicado anteriormente, ainda que o uso contrarie, em certos casos, a norma culta.

1.3 A MODERNA GRAMÁTICA DE BECHARA: UM NOVO OLHAR

Analisaremos os conceitos previamente estudados na “Moderna Gramática Portuguesa”, de Evanildo Bechara (2009). Alguns exemplos de orações também foram retirados da própria obra.

1.3.1 Regência verbal

O gramático aborda casos específicos quanto à regência, principalmente aqueles nos quais há conflito devido ao uso popular diferente.

A preposição que acompanha dois termos coordenados pode estar presente em todos ou ausente no segundo e nos demais termos (BECHARA, 2009).

- (13) As alegrias *de* infância e *de* juventude. / As alegrias *de* infância e juventude. (grifo do autor)

Se a preposição que antecede um pronome introduz um verbo no infinitivo, usam-se as formas eu e tu em vez de mim e ti.

(14) Isto é para *eu* fazer. (grifo do autor)

Sobre o verbo **pedir**, seu complemento é direto quando se trata de coisa e indireto quando pessoa.

(15) Pedi-lhe um favor.

O pronome **lhe** indica a pessoa e **favor**, o objeto direto. Entretanto, se este objeto for licença (ou equivalente), é possível inserir uma oração adverbial de fim, geralmente introduzida pela preposição **para**.

(16) Pediu-lhe *licença para sair*. (grifo do autor)

Pode-se omitir a palavra licença, contanto que o sujeito do verbo seja o mesmo da subordinada, ou seja, neste caso, é Antônio quem sairá (2009):

(17) O Antônio pediu-lhe para sair.

O uso popular uniu objeto direto e advérbio de finalidade, aplicando a preposição **para** após o verbo pedir, que é transitivo direto.

(18) Pediu para que Antônio saísse.

Bechara não condena esse uso, apenas esclarece que há ambiguidade na oração a seguir, pois não se sabe se é Antônio ou José quem deve sair.

(19) Antônio pediu a José para sair.

Para ele, a construção “para que saísse” é considerada posvérbio, pois a preposição demonstra insistência no pedido.

A norma gramatical exige que sejam dados complementos distintos a verbos de regência diferente, respeitando a presença ou ausência de preposição.

(20) Entrei em casa e dela saí.

Porque entrar pede a preposição **em** e sair, **de**.

O gramático apresenta a lista de regências de alguns verbos e nomes, porém, nas notas de rodapé, adverte o leitor sobre a necessidade de consultar o dicionário de regência e alega a possibilidade de um mesmo verbo ser intransitivo ou transitivo, dependendo de sua significação (2009).

Ao contrário de Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006), Bechara não apresenta, nesta seção, as regências acompanhadas de exemplos, até mesmo pelo extenso número de termos listados. Como verbo cuja significação muda de acordo com a ausência ou presença de preposição, temos **chamar**, que é transitivo direto no sentido de “mandar vir” e indireto quando expressa “dar nome”.

(21) a. O marido *o chamou* à sua presença. (Disponível em: www.jurisway.org.br) (grifo nosso)

b. Treinador do Zenit não gostou de ter sido confrontado por um jornalista, que *lhe dissera* que estava constantemente a queixar-se dos árbitros, e *chamou-lhe* incompetente. (Disponível em: www.ojogo.pt/internacional) (grifo nosso)

É corrente no português brasileiro a forma **chamar de** + objeto direto, com o sentido de qualificar, apelidar.

(22) “Ela me deu um beijo / *Me chamou de* meu bem!” (CAMARGO, 2017) (grifo nosso)

1.3.2 Regência nominal

As únicas notas referentes à regência nominal abordam o termo “primeiro”, cujo uso com a preposição **a** é condenado por francesismo, “morador”, que exige a preposição **em**, não **a**, como em “morador na rua tal”, e “sito”, que segue a mesma regência do anterior (2009). Estão em menor número em relação às observações sobre regência verbal, sendo colocadas apenas como notas de rodapé da lista que compreende ambas as regências.

1.4 COMPARAÇÃO ENTRE OS GRAMÁTICOS

Destacamos alguns pontos em comum entre os gramáticos, relacionados a regras em geral e à regência de certos verbos, sobre as quais há concordâncias e discordâncias.

1- Bechara (2009) discorda da tradição gramatical quando esta proíbe a atribuição do mesmo complemento a termos de regências diferentes. Já Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006) seguem a norma estabelecida e determinam o uso como incorreto.

2- Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006) dedicam uma seção à regência nominal, listando alguns nomes, exemplificados por trechos retirados de veículos da mídia e escritores literários. Bechara (2009) relaciona verbos e nomes em lista única com as devidas preposições, porém as observações sobre regência nominal são escassas.

3- Nas duas gramáticas, recomenda-se a consulta a um dicionário especializado.

4- Em alguns casos de regência verbal, Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006) também apresentam a variante utilizada comumente no Brasil, sem emitir juízo de valor, enquanto Bechara (2009) é incisivo ao classificar como errôneos determinados usos que se desviam da norma. Temos, por exemplo, os verbos **preferir** e **pagar**. O primeiro é popularmente empregado com a expressão “do que” e o segundo é utilizado como transitivo direto, seja para se referir a coisa ou pessoa. Bechara reforça as regras: a necessidade da preposição **a** para ambos os verbos (preferir uma coisa **a** outra e pagar **a** alguém).

2. O ENSINO DA GRAMÁTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram publicados em 1998 pelo Ministério da Educação e do Desporto, destinados a escolas, secretarias de educação e outras instituições da área. São “uma proposta de reorientação curricular” (BRASIL, 1998a, p. 9) e referências nacionais que podem ser adaptadas para cada região, pois defendem que os alunos em todo o país, em qualquer condição, tenham acesso aos conhecimentos, voltados especialmente para a cidadania.

Os conteúdos são divididos em ciclos, que correspondem a dois anos de escolaridade. O documento assume a abordagem construtivista, afirmando que o conhecimento não é algo que esteja fora do indivíduo nem construído independentemente da realidade, de outras pessoas e das próprias capacidades (BRASIL, 1998a, p. 71); é antes resultado de um “processo de construção, modificação e reorganização utilizado pelos alunos para assimilar e interpretar os conteúdos escolares” (1998a, p. 72). Destaca a importância da interação social e dos padrões culturais como mediadores. A seleção de conteúdos deve promover o desenvolvimento das capacidades “de ordem cognitiva, afetiva, física, ética, estética e as de relação interpessoal e de inserção social” (1998a, p. 73) e levar o aluno a comprometer-se com questões relevantes para a vida pessoal e coletiva (1998a, p. 74).

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008) foi elaborada pela Secretaria da Educação para o desenvolvimento curricular das escolas estaduais. Parte-se dos conhecimentos e experiências acumulados e dos projetos e iniciativas realizados, a fim de identificar e divulgar boas práticas já existentes. A Proposta pretende “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e experiências, para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede” (2008, p. 8) e define a escola como “espaço de cultura e de articulação de competências e conteúdos disciplinares” (2008, p. 8).

2.1 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os PCNs introduzem o contexto das mudanças sociais, como a industrialização e um número maior de alunos nas escolas regulares, que demandam transformações no ensino, classificando os métodos e conteúdos tradicionais como anacrônicos (BRASIL, 1998b, p. 17). O ensino era orientado predominantemente pela gramática como um fim em si mesma, aplicada em exercícios mecânicos, e restrito aos alunos da classe média. Com a ascensão da linguística, propuseram-se mudanças nas práticas escolares, como a ressignificação da noção de erro e o respeito às variedades utilizadas pelos estudantes e, em especial, a visão de reflexão sobre a linguagem, tendo como habilidades essenciais a compreensão ativa e a interlocução efetiva. No entanto, segundo o documento (1998b, p. 19), a prática e a reflexão pedagógica ainda não estão consolidadas nos dois últimos ciclos do ensino fundamental, nos quais se encontra o 9º ano, objeto de nosso estudo.

2.2 A PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Proposta do Estado adotou a perspectiva do ENEM em relação às competências e habilidades e a do PCN quanto à visão sobre o ensino da língua tendo como unidade o texto. Foram selecionadas as principais ideias do documento, que apresenta os conteúdos sugeridos em tabelas de acordo com as séries para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, unindo tópicos gramaticais e atividades de leitura, escrita, escuta e debates.

2.2.1 O ensino fundamental II

A disciplina de Língua Portuguesa, segundo a Proposta Curricular, partirá do texto, entendido em sentido semiótico, não apenas verbal, em uma situação de comunicação. Dividem-se as temáticas para os dois semestres, sendo as tipologias e gêneros textuais no primeiro, enquanto texto, discurso e história estão no segundo. As tipologias são as “organizações internas básicas dos diferentes textos” (2008, p. 46), como a narração, descrição e injunção; já os gêneros atendem a demandas sociocomunicativas. Já a relação entre texto e discurso é explicitada pelo fato de que o contexto e os valores de uma sociedade influenciam a produção de textos. Esses valores serão também estudados em diferentes situações históricas. Como dito anteriormente, as habilidades de leitura, escrita, escuta e fala, bem como os aspectos gramaticais, acompanharão os conteúdos, sendo trabalhadas com atenção especial para cada uma. Ainda sobre a gramática, resolver-se-ão com prioridade as questões nas quais os alunos têm dificuldade; pode-se seguir a organização do livro didático, incluindo o contexto das variantes linguísticas e textuais.

Na tabela de conteúdos para o Ensino Fundamental II, o tópico regência verbal e nominal aparece no terceiro bimestre da 8ª série. Os temas que o precedem estão na seguinte ordem: verbo no terceiro bimestre da 6ª série, preposição no quarto bimestre da mesma turma, complemento verbal e nominal no terceiro bimestre da 7ª série. Há uma progressão

para que se compreendam os elementos presentes no aprendizado das regências. A questão gramatical não se manifesta como conteúdo principal, mas estará em função do gênero artigo de opinião.

3. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

Os livros escolhidos para a análise provêm de escolas da rede pública. A análise pautar-se-á pela teoria dos gramáticos adotados, dos PCNs, da Proposta Curricular do Estado de São Paulo e das metodologias de ensino, sem emitir juízos de valor específicos.

3.1 PROJETO TELÁRIS

O primeiro livro escolhido é o “Projeto Teláris – Português – 9º ano”, das autoras Ana Trinconi Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi (2014).

O tópico regência verbal e nominal está inserido na Unidade suplementar da obra. Considerando que há quatro unidades no livro, uma para cada bimestre, a unidade suplementar será trabalhada ao final do ano, se houver tempo. Entretanto, com as dificuldades enfrentadas em algumas escolas, há a probabilidade de não abordarem essas seções, que consistem especialmente em tópicos gramaticais e análise linguística. Na primeira página dessa unidade, já há o aviso para não escrever no livro, e sim fazer os exercícios no caderno. Ferro e Bergmann (2008) comentam esse critério para a escolha de um livro didático, evidenciando a motivação: redução de custos e reutilização do material. No entanto, apresentam um possível ponto negativo, “a dificuldade no estabelecimento de uma relação próxima entre o aluno e seu livro” (2008, p. 42), devido às restrições do uso.

3.1.1 Regência verbal

Introduz-se a regência verbal lembrando ao aluno que ele estudou anteriormente a transitividade verbal e os complementos. Para exemplificar, utiliza-se a seguinte oração, com o verbo precisar:

(23) Todos precisam de respeito. (grifo do autor)

Conceitua a regência como as “relações de dependência entre o verbo (**termo regente**) e o seu complemento (**termo regido**), analisando se há necessidade ou não de preposição” (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2014, p. 285) (grifo do autor). Corresponde à definição de Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006, p. 465), apesar de esta ser mais ampla: “a relação de dependência que se estabelece entre dois termos”, não se limitando aos verbos e seus complementos. De outro lado, Bechara não apresenta uma definição desse conceito. Em seguida, comenta-se a fala coloquial, que não segue a rigidez da norma gramatical, porém obedece a certas regras da variedade-padrão da língua. A Proposta Curricular exemplifica essa questão com um bilhete que contém problemas ortográficos, segundo a variedade padrão, contudo segue a ordem sintática corretamente e é possível compreender a mensagem:

(24) Maria,

Eu vô chegá tardi in casa ogi prunque

o patrãum avisô que vo percisá fasê

hora eistra. (SÃO PAULO, 2008, p. 42)

Apresenta-se um anúncio do jornal Folha de São Paulo (2001): “Colabore com o raciocinamento: assistir filme ruim é desperdício de energia elétrica.” (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2014, p. 286).

As autoras explicam a necessidade da preposição **a**, segundo a gramática normativa, para que o verbo **assistir** tenha o sentido de “ver alguma coisa” e reescrevem a oração. Em seguida, o aluno é convidado a expressar sua opinião e refletir sobre o erro ou a intencionalidade da ausência da preposição, ou seja, se o autor queria utilizar o sentido de ver o filme ruim ou ajudar a produzi-lo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais contemplam esse exercício como a análise crítica dos discursos, “contrapondo sua interpretação da realidade a diferentes opiniões” e “inferindo as possíveis intenções do autor marcadas no texto” (1998b, p. 33).

Na próxima atividade, os estudantes devem, sob a orientação do professor, ler as frases e substituir o símbolo (aqui representado pelo espaço sublinhado) por uma preposição, se for necessário. As orações serão completadas por diferentes preposições, demonstrando a preocupação com um aprendizado amplo, em vez de reforçar apenas uma delas, por exemplo:

(25) a. Vocês gostam ___ filmes de terror?

b. A natureza pertence ___ todos.

c. Não quero falar ___ isso. (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2014, p. 286)

As preposições serão **de**, **a** e **sobre**, respectivamente.

Subentende-se que será feito sem consulta, para testar o conhecimento deles sobre as regências da língua-padrão, que já costumam empregar. Ao final, debaterão sobre a facilidade ou dificuldade do exercício.

Indica-se a consulta ao dicionário quando há dúvidas a respeito de alguma regência e apresenta-se o verbo **assistir**, retirado do Dicionário Houaiss, orientando o aluno em relação à transitividade mostrada e aos sentidos do verbo, que são os seguintes: ver e ouvir/presenciar, acompanhar/prestar socorro, caber/competir, estar e permanecer e residir/morar. Para demonstrar a mudança de sentido quando se altera a regência, o verbo é exemplificado em três situações diferentes, nas quais significa ver, ajudar e morar, como em:

(26) “O médico assistiu o doente” (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2014, p. 287) (grifo do autor).

Essa oração é ilustrada, uma forma de cativar a atenção dos estudantes. Os sentidos de permanecer e competir, apesar de estarem no dicionário, não se encontram nos exemplos, enquanto o de morar, embora seja raramente utilizado, aparece e é acompanhado de observação semelhante: “forma pouco usada atualmente, mas possível” (2014, p. 287).

Na página seguinte, há um quadro com alguns verbos com mais de uma regência. Adverte-se que as regências estão de acordo com a variedade-padrão e “nem sempre coincidem com a variedade mais coloquial” (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2014, p. 288). Desse quadro, analisar-se-ão dois casos especiais. O verbo **namorar** é apresentado com duas regências possíveis, transitivo direto e transitivo indireto com a preposição **com**. Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006) não indicam a regência, enquanto Bechara (2009) admite “namorar com”, ao lado de “namorar-se de” e “namorar” como transitivo direto, explicando que o primeiro é o uso coloquial, “influenciado talvez pela regência de *casar*” (2009, p. 578) (grifo do autor). O “Dicionário de verbos e regimes”, de Francisco Fernandes (1995b), prescreve esse verbo como transitivo, intransitivo e pronominal, sendo um dos sentidos possíveis “olhar com insistência

e cobiça”, com exemplo retirado do livro “Memórias póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis (p. 42): “Quanto a mim, lá estava, solitário e deslumbrado, a NAMORAR certa compota da minha predileção” (1995b, p. 431) (grifo do autor). Não há exemplos de frases com a preposição **com**, logo, conclui-se que não é aceita nesse dicionário.

De outro lado, o verbo **pagar** divide-se em relação ao complemento pessoa/entidade e àquele que representa coisas, sendo transitivo indireto para o primeiro e transitivo direto para o segundo. Porém, não se explica essa diferença ao aluno, apenas mostram-se as orações em blocos separados. Encerra-se a seção Regência verbal.

3.1.2 Regência nominal

Há uma ruptura na sequência, com a seção Colocação pronominal antes de Regência nominal. Esta, por sua vez, é relativamente reduzida, acompanhada pelo tópico Crase, constituindo uma sequência lógica. Há uma retomada do conceito de regência, que dessa vez será utilizado para os nomes, como o exemplo a seguir:

(27) Os novos funcionários ainda não estão aptos para o cargo. (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2014, p. 296) (grifo do autor)

Apresenta-se um quadro com poucos nomes, a saber: **ansioso, agradável, anterior, favorável, descontente**. A maioria rege a preposição **a**, e as outras apresentadas são **com, para, por** e **de**. Em Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006), não há os nomes em questão para analisá-los. É possível encontrá-los em Bechara (2009), com as mesmas regências do livro, exceto o adjetivo **ansioso** que, em Borgatto, Bertin e Marchezi (2014), inclui a preposição **para**, exemplificada na oração “Estou ansiosa para ouvir sua resposta” (p. 296). Essa preposição não está presente em Bechara. Entretanto, Fernandes (1995a), em seu “Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos”, reconhece a expressão “ansioso para”, vista em um trecho de “Saga”, de Érico Veríssimo (p. 145): “Estou particularmente ansioso *para* ler qualquer história em torno dum homem que viva próximo da terra e das coisas simples e tranqüilas [sic]” (1995a, p. 37) (grifo do autor). No final da seção, adverte-se que a regência nominal não segue regras determinadas e é preciso consultar um dicionário para encontrar o que é adequado na variedade padrão da língua. Não há exercícios sobre regência nominal, que se encerra aqui.

O livro didático, em seu índice, apresenta tópicos que trabalham as habilidades básicas: oralidade, leitura, produção e análise linguística, que são incentivadas pela Proposta do Estado. Entretanto, a regência está inserida na unidade suplementar, que se dedica especialmente ao estudo da língua e sua estrutura, apesar de não excluir a interpretação e construção de sentidos nos textos. Contemplam-se a questão da variedade linguística e a mudança de sentido dos verbos quanto à diferença na transitividade. Em uma questão, estimula-se a reflexão sobre certo uso da regência empregado pelo autor de um anúncio publicitário, que estaria em desacordo com a norma padrão, mas possui ambiguidade de sentido, configurando-se em uma escolha estilística que, com a discursiva e a linguística, é uma das competências promovidas pelos PCNs.

3.1.3 Exercícios

Após os conceitos e as explicações, propõem-se exercícios. Serão analisados aqueles referentes à regência verbal, pois no livro não se encontram atividades próprias para a regência nominal.

O primeiro consiste em substituir as palavras ou expressões destacadas pelos verbos nos parênteses, prestando atenção ao contexto para colocar a regência adequada. Assemelha-se à proposta comunicativista de Almeida Filho (1998), a respeito dos exercícios de substituição consciente. Por exemplo:

(28) A vistoria do prédio *tem como objetivo* a segurança dos moradores. (visar)
(grifo do autor)

Considerando que o verbo **visar** tem o sentido de “ter como objetivo” exige o verbo transitivo indireto, o aluno deverá colocar a preposição após este, no caso, **a**.

O segundo exercício apresenta verbos que possuem regências diferentes nos registros padrão e coloquial: preferir, obedecer, assistir. O aluno deve reescrever as frases, adequando-as à norma gramatical. Como exemplo:

(29) Prefiro mais os filmes de aventura do que os filmes de terror. (2014, p. 288)

A terceira atividade lida com uma questão problemática: complemento igual para verbos de regências distintas. O estudante reestruturará as orações para adequá-las à variedade-padrão. Como exemplo:

(30) Todos gostavam e respeitavam muito o professor Marcelo. (2014, p. 289)

Porém, os gramáticos consultados neste trabalho dividem-se quanto a essa regra. Bechara admite a possibilidade de utilizar o mesmo complemento para os verbos presentes, citando, como exemplo, Alexandre Herculano e Machado de Assis e afirma que, dessa forma, há uma “agradável concisão que o giro gramaticalmente correto nem sempre conhece” (2009, p. 570). Já Faraco, Moura e Maruxo Jr. desaprovam essa construção e aconselham o desdobramento da frase. Este livro didático segue a orientação tradicional, portanto, ligado à teoria de Faraco, Moura e Maruxo Jr. O exercício apresenta a transitividade dos verbos de cada frase para nortear o aluno.

3.2 PORTUGUÊS: LINGUAGENS

O segundo livro escolhido para análise é “Português: Linguagens”, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2015).

O tópico regência verbal e nominal encontra-se na seção “A língua em foco”. Inicialmente, apresenta-se um anúncio do Greenpeace com a seguinte frase, na qual uma palavra foi suprimida:

(31) Pesquisadores encontram na raiz do (...) possível cura para o Alzheimer. (2015, p. 219)

Ao lado do logotipo da organização, há a frase “As queimadas não destroem só as florestas”. Em seguida, há questões reflexivas sobre o anúncio. A primeira induz os alunos a questionarem o porquê da supressão daquela palavra, enquanto a segunda solicita a finalidade desse gênero textual e as possíveis respostas para a oração ao lado do logotipo. A terceira questão introduz uma noção da relação de regência, por explicar que “há palavras que exigem a presença de outras palavras” (2015, p. 219). Pedese que sejam encontrados os termos ligados ao verbo **encontrar**, um com preposição e outro no qual não há, e indiquem sua função

sintática. O mesmo ocorre com o substantivo **cura**, representando a regência nominal. Após as perguntas, os autores associam as palavras solicitadas aos seus complementos e classificam estes: “possível cura” como objeto direto e “na raiz do...” como adjunto adverbial de **encontrar**, e “para o Alzheimer” como complemento nominal de **cura**.

Conceitua-se regência como as “relações de dependência entre palavras e termos dos enunciados” (2015, p. 220), explicitando a função do regente/subordinante e dos regidos/subordinados, respectivamente, aquele que “exige a presença de outro” e aqueles que “completam a significação do termo”. Repetem-se os exemplos do texto anterior para esclarecimento desses conceitos e distingue-se regência verbal de nominal.

3.2.1 Regência verbal

Os autores advertem para o fato de que existem verbos com mais de uma regência e utilizam o verbo **querer**, com as seguintes orações:

(32) a. Eu **quero** uma assinatura de TV a cabo. (grifo do autor)

b. Eu **quero** a meus pais e irmãos. (2015, p. 220) (grifo do autor)

Na primeira, com o sentido de “desejar”, **querer** é transitivo direto; na segunda, significando “estimar, querer bem”, é transitivo indireto.

Comenta-se que a regência é um aspecto da língua “em que se evidenciam claramente as diferenças entre a norma-padrão e as variedades não-padrão” (2015, p. 220) e pode haver diferenças mesmo com aqueles que usam regularmente a norma. Recomenda-se consultar os dicionários para a produção de textos que se adequem à variedade padrão. Apresentam-se, em seguida, os casos mais comuns de regência, nos quais pode haver dúvidas e mudança de sentido.

O primeiro é o verbo **assistir**, cujos significados presentes no livro são “ver”, “prestar assistência” e “morar”, respectivamente transitivo indireto, transitivo direto e intransitivo. No último, observa-se que rege adjunto adverbial introduzido por preposição, no caso, **em**:

(33) Meu tio Daniel **assiste** atualmente em Fortaleza. (2015, p. 221) (grifo do autor)

Faraco, Moura e Maruxo Jr. estão de acordo com as regências determinadas e incluem ainda o sentido de “caber”. Nesse caso, é transitivo indireto. Bechara indica apenas os sentidos de “ajudar” e “presenciar”.

Sobre **chegar** e **ir**, “são intransitivos e exigem a preposição a quando indicam lugar” (2015, p. 221) (grifo do autor):

(34) **Vou** à academia de ginástica vez ou outra. (grifo do autor)

Esquecer e **lembrar** são transitivos diretos quando não pronominais, porém se exigem o pronome oblíquo, são transitivos indiretos.

(35) a. Não **lembrei** o nome dele.

b. **Lembra-se** dela, não? (grifo do autor)

Obedecer e **desobedecer** são transitivos indiretos e pedem a preposição **a**:

(36) O garoto desobedeceu **a** seus pais. (grifo do autor)

Enquanto **simpatizar** e **antipatizar** exigem **com** e não são pronominais:

(37) Eu **simpatizo com** esse projeto. (grifo do autor)

Por último, **visar**, que é transitivo direto quando significa “mirar” ou “pôr visto”, e indireto com o sentido de “ter como objetivo”, com a preposição **a**:

- (38) a. Não posso viajar agora, pois ainda não **visei** o passaporte.
 b. Ele está se especializando em computação, porque **visa a** uma promoção na empresa. (grifo do autor)

Há dois contrapontos dos autores quanto à regência verbal. O primeiro reforça a afirmação anterior de que nem todos utilizam a norma gramatical completamente. Há exceções, como os verbos **chegar** e **ir**, com os quais deveria ser usada a preposição **a**, segundo a regra, mas não é uso comum. Eles citam o linguista Marcos Bagno, que observa a frequência da preposição **em** nas expressões com sentido locativo estático, como estar à/na janela e falar ao/no telefone. Cereja e Magalhães (2015) atentam para a necessidade de adequar-se à gramática normativa em situações formais. O segundo contraponto comenta o fato de que o desvio condenado pelos gramáticos atualmente pode tornar-se regra depois e cita os verbos **assistir**, **visar** e **aspirar**, cuja regência no uso cotidiano perde a preposição **a** com determinados sentidos que a exigiriam, e certos dicionários começam a aceitar essas ocorrências, como o “Dicionário Houaiss da língua portuguesa”, que apresenta a oração “Os pais visam o bem dos filhos”, significando “ter por fim ou objetivo”, e “Nunca aspirou um emprego público”, com o sentido de “almejar, pretender”. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem “uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido” (1998b, p. 29). Pode-se chegar a resultados diferentes da gramática tradicional, que não corresponderia, em muitos aspectos, aos usos da atualidade, promovendo a busca de apoio em outros materiais. Nesse caso, observa-se que o Houaiss, famoso dicionário, adaptou-se ao uso corrente. Repete-se o conselho de atender às normas em situações que as solicitam.

Bechara (2009), ao contrário de Bagno, citado por Cereja e Magalhães (2015), não admite a preposição **em** com o verbo chegar, apenas **a**. Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006) mencionam a variação existente nos verbos **assistir**, **chegar**, **obedecer/desobedecer** e **visar**. Sobre **assistir**, acrescentam o sentido de caber e comentam que o de morar está em desuso no Brasil, sendo o primeiro ausente e o segundo presente no livro de Cereja e Magalhães (2015).

3.2.2 Regência nominal

Os autores afirmam que certos nomes causam dificuldades por admitirem mais de uma preposição. Eles organizaram os termos de acordo com as regências mais comuns, ou seja, agruparam, de acordo com as preposições, os nomes que as regem com maior frequência. Selecionar-se-á o grupo da preposição **de** para exemplo:

Capaz, incapaz, digno, ansioso, indigno, passível, contemporâneo – **de**:

- (39) Sou **capaz de** resolver rapidamente essa questão. (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 222). (grifo do autor)

Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006) possuem apenas os nomes **passível**, **contemporâneo** e **apto**. Apesar de não incluírem **compatível**, colocaram **incompatível**. A gramática de Bechara (2009) contém todos os apresentados pelo livro didático. Comparar-se-á o que possuem em comum. Os gramáticos e o livro concordam com a preposição **de** para passível, bem como as preposições **a** e **para** quanto ao nome **apto**. Entretanto, em relação a **contemporâneo**, Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2006) acrescentam a preposição **a** como possibilidade para **contemporâneo**, o que não ocorre com os demais, que aceitam apenas **de**, e exemplificam:

- (40) Foi um movimento contemporâneo à Guerra dos Farrapos. (FARACO; MOURA; MARUXO JR., 2006, p. 476) (grifo do autor)

3.2.3 Exercícios

O primeiro exercício apresenta uma tirinha de Bob Thaves, na qual duas pessoas pintam em um quadro a frase “Aqueles que não se lembram do passado estão condenados (...) repeti-lo”, na qual as reticências aqui marcam a ausência da preposição no original. Eles lamentam o fato de não terem deixado a tinta secar completamente outra vez. A primeira questão solicita ao aluno que preencha adequadamente a frase principal, observando a norma-padrão relacionada ao adjetivo **condenados**; deve-se escolher entre **de**, **em** ou **a**. A próxima tarefa refere-se ao verbo **lembrar** e pergunta ao estudante se o emprego dele na tirinha está de acordo com a gramática normativa. Depois, pede-se que reescreva a oração, para utilizar a outra regência possível do verbo citado, o que requer adaptações. A terceira questão é lúdica: leva o aluno a refletir sobre o humor nesse gênero textual e explicá-lo.

Na quarta atividade, deve-se analisar duas tirinhas de um mesmo autor quanto à regência do verbo **assistir**, que foi empregada de formas distintas, uma conforme a norma-padrão e outra não. O aluno precisa identificar essas diferenças e refletir sobre a adequação das regências nos gêneros textuais e nas situações. O item “c” trata implicitamente da variedade linguística nesses momentos, por referir-se à situação de comunicação e à obrigatoriedade (ou não) da norma gramatical. Em uma conversa informal, geralmente utiliza-se o verbo **assistir** como transitivo direto. O item “d” propõe a formulação de hipóteses sobre a diferença da aplicação da regência pelo mesmo desenhista, em situações semelhantes, isto é, conversas informais. O levantamento de hipóteses está incluído na 8ª série/9º ano, bem como outras etapas escolares, de acordo com a Proposta Curricular.

No quinto exercício, deve-se reescrever um texto sobre vacinas da revista *Recreio*, colocando as devidas preposições. Apesar de ser uma tarefa de completar lacunas, que poderia ser utilizada de forma descontextualizada, no “exercício mecânico e repetitivo” (2008, p. 42), como alerta a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, possibilita-se inserir esse tópico gramatical em um texto, para que o aluno encontre sentido.

Na seção “A regência na construção do texto”, explora-se a canção “Um trem para as estrelas”, de Gilberto Gil. As primeiras questões são interpretativas e referem-se também ao verbo **atender**, trabalhando seu significado, em: “O eu lírico pede ao Sol que **atenda** à sua voz e ao seu saxofone. O uso desse verbo dá ao Sol uma posição de destaque ou de inferioridade em relação ao eu lírico? Justifique” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 225) (grifo do autor). Em seguida, deve-se encontrar na música os complementos dos termos “acende”, “despertar”, “atende” (no 8º verso) e “cor” e classificar as relações em regência verbal ou nominal.

O quarto exercício aborda os sentidos diferentes de um verbo de acordo com a regência, em relação a **acender**, **atender** e **despertar**. O estudante identificará o significado deles na canção, observando a transitividade, como exemplo, o verbo **acender** pode ser intransitivo (“ativar-se”) ou transitivo direto (“causar emissão de luz”). Naquele contexto, é transitivo direto, pois possui objeto direto: “acende a luz” e significa “causar emissão de luz”. Exercitam-se a interpretação desse gênero textual e a reflexão sobre o sentido dos verbos. Dessa forma, os elementos gramaticais não estariam isolados. Na próxima tarefa, analisa-se o jogo de palavras com os verbos *ascender* e *acender*, pela sonoridade. Mostram-se os significados deles e a pergunta é: “o sentido de *ascender* também é possível no texto? Por quê?” (2015, p. 225). Como “eivar-se” também está relacionado ao Sol, então há essa possibilidade.

Na sexta atividade, observam-se as regências “saxofone cor **do Sol**” e “Sol nasce **d’ouro**” (grifo do autor). Pergunta-se sobre as expressões destacadas, que se unem ao termo subordinante por meio da preposição **de**: no primeiro item, pedem-se os substantivos que elas acompanham (respectivamente, saxofone e Sol); no segundo item, solicitam-se os adjetivos que corresponderiam a essas expressões, que poderiam ser “solar” e “dourado”. Trabalha-se com a regência nominal, utilizando as locuções adjetivas, que necessitam de preposição para se unirem ao substantivo e deve-se observar a preposição exigida por determinado nome.

A sétima questão é evidentemente reflexiva quanto ao conceito de regência como relação entre subordinante e subordinado. Indica-se o contexto da orquestra, na qual há o maestro e os músicos que lhe obedecem. Pergunta-se aos alunos, trazendo esse conceito para a vida cotidiana, quem é, na música de Gilberto Gil, “o grande regente, o ser capaz de reger a vida, o movimento e o dia que vai nascer?” (2015, p. 226).

Na seção “Semântica e discurso”, outra tirinha é apresentada; observa-se que é o gênero textual predominante, talvez para cativar a atenção dos estudantes. O verbo a ser trabalhado é **preferir**, na oração “Prefiro virar comida de tubarão a apodrecer neste barquinho com você”, pois a situação é o fato de as personagens estarem em um barco, perdidos em meio ao oceano Atlântico. A primeira questão refere-se ao emprego do verbo: se está de acordo com a norma-padrão e como ele é normalmente empregado pela população, especialmente em momentos de comunicação informal, ressaltando a diferença entre o prescrito pela gramática normativa e o uso corrente. Na segunda questão, o centro é a expressão “em meio a”. Deve-se analisar se está de acordo com a norma e modificar a preposição caso o complemento fossem “as ondas”, ocorrendo a crase; se o registro linguístico tende o culto formal ou ao informal e se é compatível com a situação das personagens, justificando a resposta. Em seguida, pede-se o significado da expressão “em tese” e o sentido que ela assume na tirinha, conduzindo à interpretação da fala, do contexto e à formulação de hipóteses sobre a possível mudança de ideia.

3.2.4 Regência e crase

O livro de Cereja e Magalhães (2015) traz algumas questões de regência quando aborda a crase. Para construir o conceito desse tópico gramatical, apresenta-se novamente uma tirinha, na qual é analisado o uso do verbo **chegar**, na oração “Devíamos ter chegado ao acampamento inimigo há 24 horas” (2015, p. 238). Solicita-se o complemento, no caso, “ao acampamento inimigo”. Na segunda tarefa, o aluno substituirá os termos “o acampamento inimigo” e “longe” pelo termo “a reunião”, nas seguintes frases:

- (41) a. Eles chegaram atrasados **ao** acampamento inimigo.
b. Eles vieram **de** longe. (2015, p. 238) (grifo do autor)

Descreverá, então, o que acontece na transformação de cada uma. O objetivo é observar a regência dos verbos **chegar** e **ir** e a formação da crase. Esses verbos são explicados na seção “Conceituando”. Apesar de serem intransitivos, “regem preposições quando seguidos de adjuntos adverbiais” (2015, p. 238).

- (42) a. Eles chegaram atrasados **à** reunião.
b. Eles vieram **da** reunião. (2015, p. 238) (grifo do autor)

Este livro didático é expressivo ao incentivar a interpretação de textos e situações, ao lado das questões gramaticais. Predominam as tirinhas, bem como nos outros livros analisados, que são aceitas e recomendadas pelos PCNs. Porém, assim como nos outros, é o tópico gramatical que coordena os conteúdos e, nessa estrutura, surgem diversos gêneros textuais. Apesar de ser importante conhecer essa variedade, a Proposta estabelece que determinados tipos e gênero textuais organizem os conteúdos do ano escolar; dessa forma, a análise linguística estará em função do texto e das habilidades. Não se pode ignorar a abordagem da variedade linguística quanto à regência que Cereja e Magalhães promovem, considerando os usos atuais, ainda que não reconhecidos oficialmente pela gramática normativa.

3.3 ANÁLISE COMPARATIVA

Os dois livros analisados, de formas específicas, contêm a questão do sentido transmitido pelas regências. Os materiais apresentam listas e/ou quadros de verbos com as diferenças de sentido conforme a presença, a ausência ou a variedade de preposições, além de frases de exemplo, tanto para a verbal quanto para a nominal. Borgatto, Bertin e Marchezi (2014) incluem a questão normativa que proíbe o mesmo complemento para verbos de regências diferentes.

Ambos abordam a variação linguística e a adaptação à norma padrão, propondo a reescrita de frases. Cereja e Magalhães (2015) apresentam em menor número esse tipo de tarefa, optando por enfatizar a adequação ao momento de comunicação, bem como a necessidade (ou não) de seguir as regras gramaticais em certas ocasiões, porém é frequente a pergunta sobre a possibilidade de determinados verbos estarem de acordo com a norma. Há referência ao tema da situação comunicativa, que aparece de forma reduzida em Borgatto, Bertin e Marchezi (2014), quando se pergunta a respeito da intencionalidade do autor de um anúncio ao não utilizar a preposição para o verbo **assistir**, que estaria empregado no sentido de “ver”, pelo contexto.

Os exercícios distribuem-se de forma diversa nos livros. Em Borgatto, Bertin e Marchezi (2014), não há exercícios de regência nominal e, no outro material analisado, as atividades desses tópicos estão unidas na sequência, não há divisão clara entre verbal e nominal.

Os livros seguem a divisão tradicional por pontos gramaticais, pelo menos quanto ao tópico regência. Esta coordena a escolha dos gêneros textuais presentes, indicando que ainda não se cumpriram totalmente as orientações dos PCNs e da Proposta do Estado. Surgem mais perguntas referentes à interpretação desses textos e da intenção do autor, o que configura um avanço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise, observou-se que a regência verbal e nominal sofre alterações e diferentes compreensões em alguns livros, como no caso da preposição **com** para o verbo “namorar” e a preposição **para** em relação ao adjetivo “ansioso”. Os gramáticos e os livros selecionam verbos e nomes, geralmente os que causam mais dúvidas, porém nem sempre coincidem.

A organização dos conteúdos é coordenada pelos tópicos gramaticais, uma prática ainda contrária às orientações dos PCNs e da Proposta Curricular: o primeiro defende que estejam em função das atividades de leitura, escuta e produção de textos e inova ao defender uma terminologia distinta da tradicional; a segunda concorda em submeter o ensino de aspectos gra-

maticais ao desenvolvimento dessas habilidades, ou seja, oralidade, escuta, leitura e escrita, bem como aos textos, em sua tipologia, nos gêneros e na relação com o discurso e a história.

As tirinhas predominam nos exemplos e atividades. Apesar de cativar a atenção dos alunos e apresentar variedade de temas e reflexões, acredita-se que poderia haver diversidade maior nos livros, para promover o conhecimento amplo dos gêneros textuais. Não significa que não haja outros: encontraram-se letra de música e anúncios publicitários. Em alguns exercícios, as questões abordavam a intenção do autor e o efeito humorístico, além do aprendizado da norma; no entanto, em outros, as tirinhas eram utilizadas especificamente para fins gramaticais.

A variedade linguística é abordada pelos materiais, evidenciando-se a diferença entre a norma padrão e a variante coloquial e respeitando-se o uso popular. Para conhecimento dos alunos e dos estudiosos da língua, há a informação de que o Dicionário Houaiss da língua portuguesa considerou certas variantes e integrou-as nos verbetes “visar” e “aspirar”.

As explicações e os exercícios discutiam a mudança de sentido quanto à transitividade; como exemplo, há uma tarefa que estimula a interpretação do contexto para que se reescreva a frase com o verbo e sua regência adequada. A regência nominal é, geralmente, desenvolvida em menor quantidade de conteúdo do que a verbal.

É possível concluir que foram realizados determinados avanços na abordagem da língua em aspectos gramaticais. Contudo, ainda não atingiram os critérios indicados pelos PCNs e pela Proposta do Estado quanto ao tratamento do ensino de língua que compreenda os textos e as habilidades como fundamentos para a aprendizagem de forma ampla, aprimorando as competências linguísticas dos estudantes.

Pode-se dizer que os livros procuram esclarecer a questão da modificação do sentido de acordo com a regência verbal, enquanto a nominal, por não apresentar grande variação de significados na frase dependendo da preposição, não é abordada amplamente. Um exercício dispôs da definição de regência como relação de subordinação entre dois termos, implicitamente, em sua realização, como uma forma diversa de observar a regência nominal e trabalhá-la com os alunos, não somente apresentando uma lista de nomes e suas preposições.

Quanto à verbal, as atividades incluem tanto o caso dos sentidos quanto o da variedade linguística e o conflito entre coloquialidade e norma padrão. Porém, há uma atenção relativamente maior ao último ponto do que ao que trata dos significados. Buscou-se, também, uma variedade de exercícios, apesar de alguns referirem-se sempre à comparação entre as normas de prestígio e o uso popular. Se o estudante compreende que certos verbos possuem regência “oficial” distinta daquela que é comumente utilizada, reforçar esse conceito pode tornar-se repetitivo. Se a análise dos sentidos não for estimulada, pode-se pensar que regência é uma questão de comparação entre diferentes usos da língua portuguesa e será incorporada aos textos dos alunos de forma automática, sem saber se realmente terão aprendido.

Reduziram-se as tarefas de consulta ao quadro para somente encontrar a preposição e inseri-la nas orações, o que constitui avanço. Há perguntas que relacionam este tópico ao contexto e à intenção do autor, não se encerrando na gramática como fim em si mesma. Para prosseguir com uma forma inovadora e eficiente de abordar a regência, é necessário aprimorar a questão do sentido, partindo do que já foi desenvolvido.

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. *O último dia do ano*. 7 jan. 2002. Disponível em: <<https://www.publico.pt/noticias/jornal/o-ultimo-dia-do-ano-166120>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1998. 75 p. (Linguagem-Ensino)
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed. rev. ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.
- BORGATTO, Ana Trinconi; BERTIN, Terezinha; MARCHEZI, Vera. *Projeto Teláris: Português – 9º ano*. São Paulo: Ática, 2014. (Projeto Teláris: Português, v. 4)
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998a. 174 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998b. 106 p.
- CAMARGO, Edu. *Que felicidade!* Disponível em: <<https://www.letras.com/edu-camargo/1560806/>>. Acesso em: 22 fev. 2017.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: Linguagens – 9º ano*. 9ª ed. Reformulada. São Paulo: Saraiva, 2015.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JR., José Hamilton. *Gramática*. 20.ed. São Paulo: Ática, 2006. 584 p.
- FELIPPE, Marco. *Seleta pede R\$ 2,45 mi e leva a licitação do lixo em Franca*. 26 jul. 2016. Disponível em: <<http://gcn.net.br/noticias/328020/franca/2016/07/seleta-pede-r-245-mi-e-leva-a-licitacao-do-lixo-em-franca>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos*. 23 ed. de acordo com a Ortografia Oficial Brasileira. São Paulo: Globo, 1995a. 384 p.
- _____. *Dicionário de verbos e regimes*. 40ª ed. São Paulo: Globo, 1995b. 606 p.
- FERRO, Jeferson; BERGMANN, Juliana Cristina Faggion. *Produção e avaliação de materiais didáticos em língua materna e estrangeira*. Curitiba: Ibpex, 2008. 146 p. (Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira, vol. 4).
- JURISWAY. *Qual é a regência do verbo chamar?* Disponível em: <<https://www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=6778>>. Acesso em: 22 fev. 2017.
- O JOGO. *Villas-Boas irritado com jornalista*. Disponível: <<http://www.ojogo.pt/internacional/portugueses/noticias/interior/amp/villasboas-irritado-com-jornalista-4511470.html>>. Acesso em: 22 fev. 2017.
- R7. *Novato chega a F-1 depois de muito brincar no Playstation*. 3 out. 2014. Disponível em: <<http://esportes.r7.com/automobilismo/fotos/novato-chega-a-f-1-depois-de-muito-brincar-no-playstation-03102014?foto=3&PageSpeed=noscript>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- SÃO PAULO. Secretaria da Educação. *Proposta curricular do Estado de São Paulo*. São Paulo: SEE, 2008. Disponível em: <http://www.rizomas.net/images/stories/artigos/Prop_LP_COMP_red_md_20_03.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2017.

ABSTRACT

Verbal and nominal regency influences communication by the various meanings that a verb or a name can assume and, by the broad set of rules, they are likely to become content intended for memorization. This study aims, through a comparative analysis, at examining the presentation of this grammatical topic in the textbooks of the 9th grade in order to check for agreement with the principles of the National Curriculum Parameters (Parâmetros Curriculares Nacionais or PCNs - in portuguese) (1998) and the Curricular Proposal of the State of São Paulo (2008), as well as the change of meaning regarding the different regencies, the efficiency and innovation of explanations and activities. The methodology used is the bibliographic research of the official government documents cited above and two grammar books (Bechara 2009 and Faraco, Moura and Maruxo Jr. 2006). The grammar books adopted by the schools deal with the different meanings of verbs and names and linguistic variation, but in some cases there is more attention to the latter theme in relation to the first, especially in the exercises. The materials analyzed applied some of the conceptions of the PCNs and the Curricular Proposal of the State of São Paulo; however, they did not fully meet the established criteria.

KEY-WORDS

Verbal and nominal regency. Textbooks. Middle School.